

ACM troca acusações na Constituinte

Do Sucursal de Brasília

Uma dura troca de acusações marcou ontem o depoimento do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, 60, à Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação. De um lado, Magalhães consumiu boa parte das quatro horas que esteve na comissão atacando a criação de um conselho nacional de comunicação e a reserva de mercado —duas propostas que os “progressistas” querem ver incluídas na nova Constituição. De outro, os “progressistas” revidaram.



Antonio Carlos Magalhães depõe na Comissão da Família, Educação e Cultura

O deputado Joaci Góes (PMDB-BA), de centro, segundo levantamento da Folha publicado no Caderno “Os Eleitos”, acusou o ministro de intervir nos trabalhos do Congresso constituinte, oferecendo um canal de TV a um deputado (Onofre Corrêa, do PMDB-MA), para conquistar seu voto contra a criação do conselho. “Seu propósito é assegurar a presença de Roberto Marinho (presidente das Organizações Globo) à frente do ministério”, afirmou Góes.

“Uma provocação só deve ser aceita quando o provocador merece, mas não é o seu caso. O sr. é um leviano. Oh Deus, perdoai-vos”, reagiu o ministro, e acrescentou: “Sou amigo e admirador de Roberto Marinho, que realiza o melhor trabalho do mundo para apresentar uma das melhores TVs do mundo”. Irritado,

Góes devolveu: “Graças a Deus há uma distância intransponível a nos separar. Pelos crimes que tem cometido, não devia estar no ministério, mas na cadeia.”

Preocupado com o rumo do debate, o relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda, disse que se o PMDB e o PFL, partidos que detêm as duas maiores bancadas do Congresso, não encontrarem “a temperatura político-ideológica que o povo espera da Constituição, a nova Constituição ficará muito longe das aspirações de toda a população brasilei-

ra”. Távora disse temer “um confronto radicalizado entre a direita e a esquerda, que não servirá a este país”.

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ), retomou os ataques, acusando o ministro de favorecer as Organizações Globo na compra da NEC —uma empresa de telecomunicações fornecedora da Telebrás. Magalhães disse que seu ministério não participou da venda da NEC. Segundo ele, a própria NEC mandou à Telebrás uma proposta com uma lista dos quatro sócios que a comprariam, entre os

quais estava a Globo. “Não houve participação minha na escolha dos sócios. Não tenho nada a opor”, disse.

Artur da Távola sugeriu ao ministro —que nos seus dois anos no governo já distribuiu 345 concessões para canais de rádio e TV—, que suspendesse sua política de concessões de canais enquanto o Congresso constituinte não deliberasse sobre o assunto. Irônico, o ministro respondeu: “Não me parece adequado que a Assembléia Nacional Constituinte queira descumprir a legislação em vigor”. Magalhães disse que aos constituintes cabe “mudar” a Constituição em vigor, e, a ele, “cumprila”.

O ministro pediu aos constituintes que não coloquem a reserva de mercado no texto constitucional, porque é uma medida limitadora da livre concorrência no mercado e, por isso mesmo, “tem caráter meramente transitório”. Magalhães sustentou que a lei ordinária poderá estabelecer a transitória reserva de mercado, quando necessário.

Mas o relator da comissão, o último a se pronunciar, defendeu a inclusão da reserva na nova Constituição e a criação de um conselho nacional de comunicação, que prevê um colegiado formado por entidades educativas, comunitárias, culturais, sindicais e pelos poderes Executivo e Legislativo, para arbitrar as novas concessões. “No país, neste momento, há um consenso de que deve existir um conselho para aprovar as concessões”, concluiu Távola, que pretende manter o parecer rejeitado da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Serra deve modificar propostas

Do Sucursal de Brasília

O projeto do relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), de centro-esquerda (segundo o levantamento da Folha publicado no caderno “Os Eleitos”, no dia 19 de janeiro), deve ter algumas alterações importantes em relação aos projetos que foram discutidos e aprovados pelas subcomissões. A parte que está mais próxima da aprovação é a de orçamento. Ainda assim, existem pressões no sentido de que o novo projeto reforce os mecanismos de controle do Legis-

lativo sobre o orçamento. Com relação ao relatório da Subcomissão de Tributação, crescia ontem a reação dos Estados do Sul, que se sentem altamente prejudicados pela medida.

A parte onde as alterações devem ser maiores é a da Subcomissão do Sistema Financeiro. Muitos deputados “progressistas”, como por exemplo César Maia (PDT-RJ), de centro esquerda, acham que o projeto tem muitas falhas técnicas, e é de difícil sustentação. Entre os pontos que sofrerão modificações, César Maia aponta a Comissão Mista, com poderes de impedir que o Executivo aplique os recursos do caixa.

Sistematização

Mini-regimento não é aprovado

Por causa de um destaque do deputado Gerson Peres (PDS-PA), o mini-regimento da Comissão de Sistematização deixou novamente de ser aprovado. A decisão do presidente interino da Comissão, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), de fazer com que o destaque fosse votado pelo sistema nominal, causou grande tumulto na reunião de ontem. Sem condições de continuar presidindo os trabalhos, Campos suspendeu a reunião, marcando outra para a próxima terça-feira.

O destaque trata do quórum para a aprovação de projetos de decisão, que o grupo de Peres quer que seja de maioria absoluta. O relator Ber-

nardo Cabral (PMDB-AM) propõe a maioria simples. Apesar de rejeitado pela maioria dos parlamentares presentes à reunião (35 votos contra cinco), o destaque não caiu, por falta de quórum (seriam necessários 47 votos). O presidente suspendeu a sessão por trinta minutos, para que mais parlamentares comparecessem à reunião. Ao recolocar o destaque em votação, determinou que esta fosse nominal. Alguns parlamentares protestaram, já que Peres, autor do pedido de verificação de quórum, não estava mais em plenário, e exigiram que a votação pelo processo simbólico. Aluizio Campos negou-se a fazê-lo e, em meio aos sucessivos protestos, encerrou a reunião.

Organização dos Poderes

Egydio vai propor os quatro anos

O precário equilíbrio que as diversas correntes do PMDB conseguiram na última semana poderá ser quebrado já no início da próxima, novamente em torno da definição do mandato do presidente José Sarney pelo Congresso constituinte. O relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), segundo apurou a Folha, pretende fixar um mandato de

quatro anos para Sarney e propor um sistema parlamentarista clássico de governo.

A reação foi imediata. Ontem o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), afirmou: “Relator não pode inventar, não pode criar temas, ele tem que botar no relatório aquilo que ele colheu junto aos constituintes”.

Ordem Econômica

Carta defende monopólio do petróleo

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e dezesseis sindicatos de petroleiros enviaram uma “Carta aos Constituintes”, em defesa do monopólio estatal do petróleo e contra os contratos de risco. Os petroleiros propõem uma frente supra-partidária, dentro do Congresso Constituinte, para preservar o monopólio do petróleo e sua extensão ao gás natural.

O monopólio estatal do refino do petróleo, conforme prevê a Lei nº 2004, que criou a Petrobrás, foi eliminado, no anteprojeto aprovado na Subcomissão dos Princípios Gerais da Economia. Agora, no âmbito da Comissão da Ordem Econômica, transformou-se num dos temas mais polêmicos, mas deverá ser restabelecido no relatório preliminar que será entregue, amanhã, pelo senador Severo Gomes (PMDB/SP).

A campanha dos petroleiros, entretanto, se antecipou ao texto preliminar de Severo Gomes. Com 35 páginas, a “Carta aos Constituintes” é dividida em quatro partes: uma introdução, uma análise da importância do monopólio estatal do petróleo para o povo brasileiro, um capítulo sobre os contratos de risco e

as considerações finais, onde se afirma que “a Petrobrás deu certo”.

Segundo o parágrafo sugerido pelos petroleiros, a se acrescentar aos termos do artigo aprovado pela Comissão Afonso Arinos — que prevê o monopólio da União para a pesquisa, lavra, refinação, processamento, transporte marítimo e condutos, do petróleo e seus derivados e do gás natural — devem ser incluídos no monopólio “os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, ficando vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, em jazidas de petróleo ou de gás natural, seja a que pretexto for”.

A PRESENÇA NAS COMISSÕES

Soberania e Direitos do Homem		Organização do Estado	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião		Não houve reunião	
Sistema de Governo		Organização Eleitoral	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião		Não houve reunião	
Ordem Econômica		Ordem Social	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião		Não houve reunião	
Família, Educação e Cultura		Sistema Tributário e Finanças	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
47	16	Não houve reunião	

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
19 Congresso constituinte	540
PRESENTES	AUSENTES
Senado	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
26 Assembléia Legislativa	58
PRESENTES	AUSENTES
17 Câmara Municipal	16